



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Instalação	REUNIÃO Nº: 0183/15	DATA: 26/03/2015	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 11h22min	TÉRMINO: 11h25min	PÁGINAS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Instalação da Comissão. Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.
Há falha na gravação.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Benedita da Silva) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para instalação da Comissão e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

Esclareço que coube a mim assumir a presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, §4º do Regimento Interno.

Para conhecimento dos senhores, passo a ler o ato da Presidência que cria esta Comissão:

“Satisfeitos os requisitos do art. 35, caput e § 4º, do Regimento Interno, para o Requerimento de Instituição de CPI nº 5, de 2015, do Sr. Deputado Reginaldo Lopes e outros, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33, combinado com o §5º do art. 35, todos do Regimento Interno.”

Declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta Presidência informa que recebeu e considera registradas, em face de acordo partidário, as seguintes candidaturas, que serão submetidas a votos dos membros desta Comissão, em chapa única: para Presidente, o Deputado Reginaldo Lopes; para 1º Vice-Presidente, o Deputado Orlando Silva; para 2º Vice-Presidente, a Deputada Mariana Carvalho; para 3º Vice-Presidente, o Deputado Wilson Filho.

Em função do início da Ordem do Dia no Plenário, nós iremos suspender esta reunião e retornaremos às 13 horas para efetuarmos a eleição da chapa.

Fica suspensa, então, a reunião até as 13 horas.

(A reunião é suspensa.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Benedita da Silva) - Declaro reaberta a reunião da Comissão.

Procederemos ao processo eleitoral.

Esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos.

A eleição será processada em escrutínio secreto, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão, que são 14 Deputados, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno.

Será eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos dentre o total de votantes; e, em segundo escrutínio, o Deputado que obtiver a maioria simples de votos, dentre o total de votantes.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até que se conclua o processo de votação.

Na urna eletrônica constarão as seguintes opções de voto: chapa oficial dos candidatos e voto em branco.

Antes de dar início ao processo de votação, peço a atenção dos Srs. Parlamentares para os esclarecimentos de algumas regras importantes no processo de votação eletrônica.

Ao iniciar a votação, os Srs. Deputados deverão dirigir-se à cabine localizada ao fundo do plenário, no canto esquerdo.

Peço aos Parlamentares que aguardem a liberação da urna eletrônica.
(Pausa.)

Estamos aguardando a liberação da urna eletrônica. (Pausa.)

Está aberta a votação.

Para Presidente, o Deputado Reginaldo Lopes; para 1º Vice-Presidente, o Deputado Orlando Silva; para 2º Vice-Presidente, a Deputada Mariana Carvalho; para 3º Vice-Presidente, o Deputado Wilson Filho.

(Processo de votação.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Benedita da Silva) - Eu gostaria de convidar o Deputado Davidson Magalhães para assumir a Presidência, a fim de que eu dê o meu voto. Em seguida, S.Exa. prosseguirá com os trabalhos desta Mesa.



Antes, eu queria agradecer a V.Exas. por estarem nos acompanhando nesta votação e dizer que hoje nós estamos, nesta Casa, com mil e uma utilidades, como Bombril — e eu, mais ainda.

Eu quero louvar a grande iniciativa de termos esta Comissão. Esta é uma CPI que, neste grande momento, nesta conjuntura e, com os avanços, equipamentos e instrumentos que hoje nós temos nesta Casa, certamente dará uma contribuição e aprimorará, sem dúvida, os instrumentos de políticas públicas hoje existentes no Brasil.

Lembro-me de que requeri, posso dizer, há 2 décadas, a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tratava exatamente do extermínio de crianças e de adolescentes junto à população negra. Essa CPI foi uma das primeiras nesta Casa em que nós tivemos condição de trabalhar e de cooperar com o Estatuto da Criança e do Adolescente — nós trabalhamos conjuntamente naquela época. Foi também uma peça importante no processo da Constituinte, foi um movimento nacional forte, e todas as políticas hoje existentes são políticas de referência.

Por isso, nós temos consciência de que, mais uma vez, nós teremos nesta Casa uma grande oportunidade de discutir esse grande extermínio que, por muitas e muitas vezes, foi denunciado.

Temos aqui grandes contribuições. Nós temos também, nos arquivos desta Casa, grandes contribuições, na forma de peças documentais, que poderão ajudar no norteamento, nas diligências.

Eu gostaria de me colocar à disposição desta CPI para também contribuir, evidentemente, com os trabalhos. Coloco-me, já, de antemão, à disposição e, ao mesmo tempo, colocando-me à disposição, gostaria de pedir que façam uma diligência no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro, por sua complexidade, é um Estado onde certamente nós vamos, infelizmente, encontrar um espaço garantido não só para uma pesquisa, mas para uma constatação inteiramente negativa não só do que os jornais publicam, mas principalmente daquilo que não chega ao conhecimento de todos. De antemão, nós podemos oferecer o Estado do Rio de Janeiro como um dos locais de referência para levarmos as audiências públicas que, certamente, esta CPI fará.



Dito isto, vou dar o meu voto, que é secreto, e convido o nosso querido Deputado Davidson Magalhães para assumir a Presidência.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Estamos aguardando o quórum de votação. Hoje é um dia extremamente corrido aqui na Casa.

Quero parabenizar os Deputados pela iniciativa que assumiram de instalar esta CPI. Acho esta uma iniciativa muito importante neste momento em que nós estamos vendo todo esse conjunto de homicídios contra jovens e adolescentes, principalmente negros, no Brasil.

É importante que nós, o Parlamento deste País, contribuamos com a visão mais ampla sobre esse tema, tendo em vista que estamos com uma pauta regressiva aqui na Casa. Que nós não permitamos que a vítima se transforme em algoz, pois esse é o contexto histórico brasileiro.

Essa é a minha expectativa. Foi por isso que eu vim para esta Comissão: para que apuremos os fatos e, assim, possamos dar contribuições, tanto do ponto de vista de ações públicas, como de iniciativas de mobilização da sociedade, para barrar essa verdadeira pena de morte que já foi implantada, no Brasil, contra os jovens brasileiros.

Quero registrar que, a minha região, a minha cidade, que é Itabuna, no sul da Bahia, tem um dos piores índices de concentração de renda e também lidera o índice de mortes entre jovens de 12 a 18 anos nas cidades com mais de 200 mil habitantes. Nós estamos convivendo de perto com esse problema da violência.

Portanto, aguardamos, com muita expectativa, a participação desta CPI. Pela sua composição, pela sua responsabilidade e pela sua iniciativa, tenho convicção de que este será um foro de debate amplo sobre a questão da violência, sob uma perspectiva de atender aos reclames da sociedade por uma sociedade mais democrática.

Portanto, está aberta a oportunidade de usar da palavra, caso algum Parlamentar deseje fazê-lo, enquanto estamos aguardando mais três colegas Parlamentares chegarem, para alcançarmos o quórum da votação.

Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobres colegas, Deputadas e Deputados que pertencem a esta CPI, que julgamos de muita relevância para o nosso País, a violência é um câncer na sociedade civilizada e tem causado o desajuste de muitas vidas e famílias mundo afora.

Tenho muita alegria por meu partido, o PSD, ter nos indicado para pertencer a esta CPI, que visa à defesa e análise do que vem acontecendo contra os jovens negros e pobres deste País. Os mais desfavorecidos, os mais humildes deste País sofrem com todo tipo de violência, e a CPI vem num momento muito propício e oportuno.

Muitas políticas públicas têm sido feitas por este Governo e por outros — não quero aqui politizar um assunto de tamanha relevância como é a questão da violência —, mas, apesar de tudo o que se tem feito, em todos os Governos, ainda temos que encarar números e estatísticas que nos desafiam como Parlamentares. Os números são cada vez piores, apesar de todos os esforços concentrados. Isso nos prova que nós, como Parlamentares, especialmente nós que integramos esta CPI, temos uma resposta a dar à sociedade.

Nós precisamos, de maneira muito oportuna, nesta CPI avaliar as origens e a raiz do mal da violência contra jovens, negros e pobres e matá-lo pela raiz. Nós não podemos fazer desta Comissão uma CPI chapa-branca, uma CPI para ocultar a realidade dos fatos. Muito pelo contrário, como Parlamentar, quero integrar esta CPI para de verdade nós colocarmos o dedo nessa ferida, estancarmos esse mal pela raiz, doa a quem doer, enfrentando quem nós tivermos que enfrentar. Mas nós não podemos nos calar, ficar silentes diante do que acontece contra os nossos jovens negros e pobres neste País. Nós precisamos defender os que menos podem e queremos aqui, com a nossa voz, ser eco dos negros e dos pobres que vêm sendo avacalhados, achincalhados por diferentes tipos de violência em nosso País.

Conte com o nosso apoio. Eu sei que esta é uma CPI com Parlamentares, homens e mulheres, comprometidos com esta causa. E eu quero simplesmente trazer a minha contribuição e colaboração, para que nós possamos chegar a um ponto final, melhorar os índices da violência contra os nossos jovens e os nossos negros, que cada vez mais só tendem a crescer.



Quero agradecer a todos, parabenizá-los e me colocar à disposição da Presidência que agora será eleita em chapa única. A nossa contribuição será uma constante nesta CPI.

Eu agradeço: muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - V.Exa. pediu a palavra, Deputado?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, colegas que participam da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu considero que esta Casa acerta, ao colocar foco num assunto que é dos mais delicados, graves e importantes da vida brasileira.

Eu vivo numa cidade, a Capital do Estado de São Paulo, em que os números da violência contra os jovens negros e pobres poderiam caracterizar o genocídio da juventude negra. Recentemente, num bairro chamado Fim de Semana, que é parte do Jardim São Luís, e no Campo Limpo, nós assistimos a 13 assassinatos, sendo que a mais jovem vítima tinha 14 anos, e a mais velha, 35 anos. Esse foi apenas mais um episódio que entristeceu muito a cidade de São Paulo. Eu, particularmente, conheci um DJ, com quem convivi, que há algum tempo também foi vítima de um brutal ato de violência.

Eu considero que o desafio que esta Comissão possui é buscar compreender os fenômenos e as suas raízes e encontrar caminhos que permitam que, através de políticas públicas, através de iniciativas legislativas, nós possamos construir outro ambiente social para essa juventude: um ambiente que lhes permita ter perspectivas; que permita que os sonhos desses jovens se tornem realidade, de forma que o ambiente em que a violência impera sirva como parte do passado.

Eu, pessoalmente, Deputado Reginaldo Lopes, tenho interesse ainda maior em participar desta Comissão porque, como negro que nasceu em um bairro de periferia de Salvador, não conheço a violência contra a juventude negra e pobre de ouvir dizer; eu a conheço por ter vivido experiências muito duras na minha vida. Espero transformar essa experiência pessoal, o convívio que tenho — sobretudo na periferia de grandes cidades do Estado de São Paulo — em energia para que nós possamos, por meio do debate que tem que ser feito, colaborar para que esta Casa produza um relatório que tenha impacto não só em iniciativas legislativas, não só em



políticas públicas do nosso País, mas, sobretudo, que tenha um impacto transformador na realidade da juventude negra e pobre do nosso País.

Desejo sucesso a cada um dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito e espero que nós possamos, ao final, produzir um trabalho que honre não apenas os Deputados que desta CPI participam, mas o Parlamento brasileiro e a nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - *(Falha na gravação.)*
Vamos esperar um pouco. Como o voto é secreto, nós não vamos perguntar nada. Então, continua aberto o processo de votação.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Pois não, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sempre é bom falar depois da eleição e da posse da Direção, mas eu aproveito para marcar também nossa posição neste momento e falar da nossa felicidade de poder participar desta CPI, que acreditamos ser muito importante.

Nós temos visto que o Brasil tem sido notícia em boa parte do mundo. Parece que as pessoas de cor negra têm que ser exterminadas. Lamentavelmente, com todo o respeito às pessoas de cor clara que aqui estão, em dados momentos, se eu encontro uma pessoa clara e uma mais escura, em um lugar um pouco perigoso, já começo a ter medo da pessoa escura. Parece que elas passaram a ser marginais.

Nós temos tantas pessoas de bem, que representam muito bem o nosso Brasil, a história do nosso Brasil, pessoas que construíram este Brasil, e não podemos permitir essa ideologia que só faz trazer atraso para a sociedade, essa ideologia que faz com que as pessoas orem e tenham que conviver com uma estatística tão desgraçada e miserável como esta com que temos que conviver. Isto precisa mudar.

As coisas que têm acontecido, de forma tão degradante, têm que, realmente, ser apuradas. O Brasil precisa de uma resposta. Não podemos dizer para o mundo que aqui as coisas ficam impunes. Precisamos lutar pelo bem da sociedade. Precisamos lutar pelo bem dos jovens negros e pobres deste Brasil.



Alguns já dizem que o Brasil não tem mais pobres. Eu não entro nessa, porque o Brasil tem pobres, e tem muitos. E a população negra no Brasil todos sabem que é bem considerável. Nós precisamos manter um posicionamento de proteção e de respeito aos negros pobres, aos nossos jovens deste Brasil, de forma que todos nós possamos, aqui, somar para o bem maior de todos os nossos pares, de todos os nossos irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a todas e a todos.

Penso que este é um momento singular na vida nacional, em que nós estamos instalando esta Comissão Parlamentar de Inquérito, visando debater e constituir formas de coibir a violência contra os jovens negros e pobres. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por certo, se insere em um momento, em uma quadra nacional em que nós estamos a assistir a um genocídio contra a juventude negra. Os dados que vão se apresentando revelam, a cada dia, que há, sem sombra de dúvidas, por todos os recortes que nós possamos fazer, um direcionamento desta violência contra os nossos jovens negros.

Embora o Estado brasileiro já admita a realidade do extermínio da nossa juventude negra, ele não pode, e nós não devemos, mais aceitar isso. É preciso que nós compreendamos o grau de letalidade que temos contra esta juventude, a despeito de um conjunto de políticas sociais que foram implantadas. O alcance dessas políticas sociais, de modo mais abrangente, não produziu resultados suficientes para estabelecer medidas que incluíssem, de modo muito intenso, a nossa juventude.

Há alguns programas que são fundamentais. O Juventude Viva é um exemplo deles. É um programa fundamental, que dá voz, dá vida e contribui decisivamente para que a nossa juventude a ele possa se incorporar. Mas, lamentavelmente, o Programa não é dotado de orçamento capaz de corresponder à exigência de inclusão da nossa juventude.

Portanto, penso ser importante instalar esta Comissão no momento em que constatamos, pelo *Mapa da Violência*, que cresce a violência contra a juventude



negra — dos 30 mil jovens mortos, 80% são negros — e em que esse *Mapa* indica que o índice de vitimização do jovem negro cresce a cada ano, considerando-se inclusive dados estatísticos.

Esta Comissão terá, por certo, importante papel no sentido de desvelar essas realidades. Nós não podemos — e aqui está o nosso companheiro que será o Relator do projeto que trata do auto de resistência e que compõe também esta Comissão — deixar de dialogar.

Esta violência que se abate sobre os nossos jovens negros precisa ser identificada, analisada, mas nós precisamos concluir com apontamentos em que possamos levar em consideração a inclusão via cultura e via educação e as possibilidades na geração de emprego e de renda e também identificar as causas desta violência que se abate sobre a juventude negra neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Damos por encerrada a votação.

Passamos agora à apuração dos votos pelo painel eletrônico.

(Processo de apuração.)

Resultado da votação: a chapa oficial recebeu 15 votos válidos. Não houve votos em branco. *(Palmas.)*

Declaro eleitos: para a Presidência, o Deputado Reginaldo Lopes; para a 1ª Vice-Presidência, o Deputado Orlando Silva; para a 2ª Vice-Presidência, a Deputada Mariana Carvalho; e para a 3ª Vice-Presidência o Deputado Wilson Filho.

Declaro empossados os eleitos e convido o Deputado Reginaldo Lopes, eleito Presidente, para assumir a Presidência da Comissão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Se houvesse algum voto em branco, teriam dito que é meu. O único que defende, realmente, a segurança pública sou eu.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Não, Deputado, todos nós aqui defendemos a segurança pública.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Eu também sou da segurança pública.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não foi isso que eu vi no Plenário, não. Não foi isso que eu vi no Plenário, não!



O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Todo mundo defende, Deputado, a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas.

Quero convidar para compor a Mesa o nosso 1º Vice-Presidente eleito, Deputado Orlando Silva, e a nossa 2ª Vice-Presidente, Deputada Mariana Carvalho. O nosso 3º Vice-Presidente, Deputado Wilson Filho, tinha um compromisso e justificou sua saída, mas esteve presente aqui durante o processo de votação e a abertura dos trabalhos.

Nos termos do art. 41, inciso VI, do Regimento Interno, quero designar para a relatoria da Comissão a Deputada Rosângela Gomes, que também convido para compor a Mesa.

Eu vou passar a palavra a todos, mas quero, em primeiro lugar, agradecer a participação de cada Deputado e Deputada, e o voto de confiança na nossa chapa, que foi apresentada e indicada pelo Presidente Eduardo Cunha. Quero também agradecer o voto de confiança de V.Exas. para que eu pudesse presidir este Colegiado.

Quero dizer que temos uma tarefa enorme. Tive a oportunidade de escutar as intervenções de cada Deputado e Deputada que utilizou o microfone durante o processo de votação, mas quero concordar, também, com o Deputado Bebeto, que fez a última intervenção, sob o ponto de vista de que o Brasil avançou. Nós melhoramos, sim, a qualidade de vida do povo brasileiro. Diminuímos a violência nesses 12 anos do Governo Lula e Dilma. Mas, em relação aos jovens negros e pobres, infelizmente, houve aumento de violência. Houve diminuição da violência entre os jovens brancos, mas houve aumento da violência em relação aos negros e pobres.

De fato, também ouvi a intervenção do Deputado Pastor Eurico, com quem tive a oportunidade de trabalhar na Comissão Especial Sistema Nacional Políticas Sobre Drogas, na qual o Deputado foi muito atuante.

Falando um pouco sobre isso, quero dizer que o Brasil não pode conviver com esta realidade. Admiti-la, o País já o fez nesta semana, na Organização dos Estados Americanos, dizendo que, de fato, há um genocídio dos jovens negros e



pobres no País. Esse genocídio, Deputado Orlando Silva, não é generalizado, não ocorre em todos os países, mas acontece em centenas deles.

Na verdade, eu acho que nós precisamos, Relatora Rosângela Gomes, é, talvez, começar nossas audiências conhecendo o estudo do Juventude Viva e o *Mapa da Violência no Brasil*, porque, de acordo com os estudos do *Mapa da Violência* e do PRONASCI — Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, 90% da violência se concentra em 142 Municípios brasileiros. Então, não é verdade que haja uma violência generalizada, mas, de fato, nesses 142 Municípios, 92% das vítimas dos 60 mil homicídios praticados no ano de 2013 — para ser mais preciso, foram 56 mil homicídios — são do sexo masculino e quase 80% delas são negras e pobres.

Portanto, nós temos o desafio enorme de conhecer esses dados, essa realidade. Quem não conhece seu passado comete os mesmos crimes no futuro. Nós vamos conhecer todos esses crimes, que, também, não foram a julgamento. Acho isto fundamental, porque, em relação ao problema da violência, os estudiosos — meu conterrâneo, Deputado Delegado Edson Moreira, fez um grande trabalho em Minas Gerais — sabem muito bem que, às vezes, não é o tamanho da pena, mas o a impunidade que multiplica a violência. De fato, desses homicídios, no País, só 5% têm inquéritos abertos.

Nós precisamos entender por que há um apagão do Poder Judiciário. Por que não são julgados esses crimes? De quem é a responsabilidade? Lembro que o PRONASCI tinha uma proposta de criar as câmaras de homicídio em cada Comarca, para julgar cada caso, acompanhar, monitorar, dar uma resposta à sociedade brasileira.

Também temos outra estatística. Estava vendo alguns números, de 1980 a 2012 — são 32 anos, Deputado Davidson Magalhães —, quando foram assassinados no Brasil mais de 2 milhões e 400 mil pessoas. Dessas, 1 milhão, 150 mil pessoas foram vítimas de homicídios; 900 mil e poucos morreram no trânsito; e 205 mil cometeram suicídio. São três as causas externas, e, para a ampla maioria da juventude, ao contrário do que ocorre com os não jovens, o risco de morrer por causas externas é só de 9%. Mas, da juventude negra e pobre, mais de 90% dos mortos são assassinados ou morrem por causas externas.



Portanto, eu quero aqui dizer que nós temos o desafio de conseguir ter todo esse mapa e uma análise de como andam esses processos. O Deputado Orlando Silva citou aqui algumas chacinas emblemáticas e que não foram a julgamento. Mas nós também precisamos pensar para o futuro. Como esta Comissão pode contribuir com a sociedade brasileira, do ponto de vista de criar um plano nacional de combate ao homicídio e à violação dos direitos humanos no País? Eu acho que é um compromisso de todos nós — não é, Sérgio? — fazer com que a sociedade, o Estado brasileiro estabeleça metas decenais para fazer esse enfrentamento.

Nós não podemos admitir nenhuma morte por fatores externos, pois a vida é um dom de Deus. Portanto, que não haja mortes que não sejam causadas por questões naturais. Então, nós temos grandes desafios pela frente. Eu quero agradecer a oportunidade de participar deste trabalho.

Nós podemos falar de vários indicadores. Estava vendo um indicador, também, sobre os grandes conflitos do mundo ocorridos entre 2005 e 2008, Deputado Orlando. Se pegarmos os 12 maiores, veremos que foram assassinadas 160 mil pessoas. Se pegarmos a violência no Brasil nesse mesmo período, veremos que foram assassinadas 250 mil pessoas. Se pegarmos todos os grandes conflitos havidos nesse período, 62 conflitos — e olha que o Brasil não tem nenhuma guerra territorial, religiosa, por emancipação...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A de raça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tem essa guerra racial. Concordo com V.Exa.: é um genocídio.

De fato, nesse sentido, também, ainda foram mortas mais pessoas.

É por isso que eu acho que há uma guerra, sim, uma guerra racista, que, às vezes, é dissimulada e silenciosa, porque mata os pobres e os negros. O Estado brasileiro tem que admiti-la, não é? Acho que esse será um grande passo.

Quem me conhece sabe que nós fazemos um trabalho bem discreto, um trabalho democrático. Nós vamos aqui dividir espaço para todos, vamos criar uma metodologia com a qual vamos envolver todos os membro das Comissão. Queremos percorrer todos os Estados. Quero convidar todas as Deputadas e todos os Deputados que pertencem a esta Comissão a assumirem tarefas em seus Estados,



para nós construirmos esse mapa atualizado, elaborarmos ações propositivas e também ajudarmos no combate ao genocídio dos jovens negros e pobres no Brasil.

Há vários Deputados inscritos — Deputados Pastor Eurico, Davidson Magalhães, Conceição Sampaio e Delegado Edson Moreira —, mas eu quero, primeiro, passar a palavra, por uma questão regimental, para a nossa Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, a quem desejo grande sucesso na tarefa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero parabenizar o Deputado pela eleição limpa, segura e merecida e também os Deputados Orlando Silva e Mariana Carvalho.

Assim que cheguei a esta Casa, de imediato, uma das pessoas que me pararam no corredor foi o Deputado Reginaldo Lopes, já com o compromisso de me convidar para fazer parte do trabalho desta Comissão.

Eu me sinto honrada, ouviu, Deputado? Eu não esperava chegar tão longe. Trabalhar ao seu lado já seria o suficiente. Mas agora, como Relatora da Comissão, eu me sinto honrada e espero corresponder à confiança de cada uma das Sras. e dos Srs. Deputados, que, em concordância, confiaram a mim este trabalho.

Sr. Presidente, eu concordo com V.Exa. Também estive atentamente ouvindo a intervenção dos Deputados. Ouvi o que disse o Deputado Bebeto e também acho que nós precisamos dar uma contribuição do início ao fim. Eu acho que seria um trabalho mais complexo. Nós precisamos também ajudar o Estado a encontrar um caminho para que os nossos jovens não fiquem à mercê das drogas, da bandidagem e da injustiça.

Eu quero recordar aqui quando eu era adolescente e morava na Favela de Vigário Geral e em Parada de Lucas, com meus tios — porque eu não tinha casa, então, minha mãe me mandava muito para a casa do meu tio Irineu. Lá, era comum, infelizmente, assistirmos, todos os dias, a um jovem negro morto na porta da nossa casa, quando não dois ou três.

E, se andarmos um pouco mais rápido e chegarmos aos dias de hoje, ou melhor, ao ano passado, podemos nos lembrar também daqueles jovens que foram assassinados numa noite, no bairro da Chatuba, o que foi notícia para o Brasil inteiro.



Quero também lembrar do Juan, aquele jovem que... Eu falo muito do Rio de Janeiro porque nasci e fui criada lá e é onde eu ainda moro. Juan foi um jovem que, no conflito com o Estado, foi assassinado e teve seu corpo desaparecido. E fui até o IML conversar com os funcionários e me assustei, Deputado, porque o responsável pelo IML de Nova Iguaçu me disse: *“Rosângela, todos os dias — todos os dias! —, morre um Juan em Nova Iguaçu.”* Em Nova Iguaçu! Imaginem em Linhares, que tem os maiores indicadores de violência; imaginem em Foz de Iguaçu; imaginem em Maceió ou no próprio Rio de Janeiro.

Acho que esta Comissão realmente terá um trabalho muito duro, mas eu quero que V.Exa. conte conosco, porque nós temos esse compromisso não só com os jovens, não só com o povo afrodescendente, mas, muito mais que isso, com o nosso País.

Então, quero parabenizar mais uma vez a Mesa e dizer que trabalharei de forma devotada com minha alma, com minha força, para que possamos diminuir essa injustiça que ocorre em nosso País inteiro.

Que Deus nos abençoe.

Parabéns a todos e muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva, nosso 1º Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu quero agradecer o apoio e a confiança dos colegas e me colocar à disposição do nosso Presidente para que nós possamos fazer o melhor trabalho possível neste próximo período.

A perspectiva de que falei durante a votação é aquilo em que eu creio. Eu tenho muita confiança em que esta Comissão vai ter uma dinâmica diferente. Por vezes, aqui, observo certos debates acalorados, apaixonados e pouco racionais. Eu espero que nós possamos, ao analisar friamente a realidade, encontrar os caminhos que nos permitam estruturar políticas públicas que garantam direitos à juventude pobre e negra do nosso País.

Imagino que cada Deputado que se motivou a participar desta Comissão chega aqui imbuído desse objetivo, para que nós possamos superar essa tragédia que atinge tantos irmãos e irmãs brasileiros pelo País afora.



Meu Presidente tem razão: se observarmos, veremos que, nas 142 cidades citadas, está a grande maioria da população brasileira, do nosso povo.

Então, eu quero, Presidente, desejar-lhe sucesso uma vez mais e informar aos colegas que vou ter de me retirar por alguns minutos, porque o nosso Ministro Ricardo Berzoini está chegando a esta Casa para uma Comissão Geral, e eu fiquei com a tarefa de ajudar na sua recepção.

Então, até a próxima semana, quando nós vamos fixar nosso plano de trabalho. Sucesso para o esforço da nossa Comissão.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Orlando.

Tem a palavra a nossa Vice-Presidente Deputada Mariana Carvalho.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Quero agradecer também todos os votos dos colegas. Estou muito feliz por estar participando desta Comissão. Quero parabenizar você, Reginaldo, por esta missão, que eu tenho certeza de que não teria nome mais indicado para presidir, também o nosso Deputado Orlando, a Deputada Rosângela e todos os Deputados que se colocaram à disposição de debater este tema tão importante, principalmente porque cada um sabe dos problemas de seu Estado, de sua região.

Eu moro no Estado de Rondônia, na divisa com a Bolívia, e a gente tem um problema muito grande com a prostituição e também com as entradas das drogas, que a gente vê que cada vez mais vêm aumentando. Agora, com as vindas das usinas para o nosso Estado, a gente viu que isso aumentou muito mais. E a gente tem que fazer com que tenham essas lutas e esses debates, para a gente acabar com essas violências contra os nossos pobres e negros do País.

Então, eu me coloco à disposição. Como jovem, eu disse ontem que tive oportunidade de ter estudos, de fazer duas faculdades e de poder chegar aqui representando o meu País como jovem e como mulher. E eu quero continuar lutando muito por esses jovens, para dar oportunidade de qualidade de vida, de estudo e de mais igualdade e para que a gente possa acabar com esses preconceitos, algo tão desigual, que ainda existem infelizmente no nosso País. Eu tenho certeza de que isso é possível, com políticas públicas, ainda mais dentro das escolas. Eu acho que



esse papel da educação é fundamental, para a gente fazer com que comece dentro das salas de aula e dentro de casa também.

Então, quero desejar aqui sucesso a esta Comissão. Parabéns! E quero agradecer a oportunidade de poder estar aqui como sua Vice-Presidente, meu Presidente, Deputado Reginaldo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O próximo orador é o Deputado Pastor Eurico e, depois, o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo, eu quero aproveitar para parabenizar V.Exa., na Presidência desta CPI, e os demais que acompanham esta Presidência, a Deputada Mariana Carvalho, o Deputado Orlando, que precisou sair, e a nossa Relatora, a Deputada Rosângela. Nós queremos cumprimentá-los. Sabemos da intenção de todos que aqui estão de produzir mais para o Brasil. E quero fazer um registro aqui: dizer que fiquei triste com V.Exa. Puxa vida, falar em tristeza agora!

Tivemos oportunidade de trabalhar juntos, e olhem só: foram momentos importantíssimos, que marcaram. Andamos por este Brasil e tivemos o desprazer, inclusive, de ver as situações em que vivem os jovens. Inclusive tivemos um outro lado, que eu diria foi até um prazer, apesar da situação ser tão difícil, de passarmos bons momentos dentro de algumas cracolândias, principalmente em São Paulo. E um dos detalhes que nos chamou atenção, quando estávamos reunidos com o pessoal da segurança lá, foi exatamente que nós vimos que muitos daqueles que estavam ali na cracolândia, tanto os usuários como aqueles que estão traficando drogas ali dentro, jovens que ali se passam às vezes como usuários, mas que são os que trabalham a favor do tráfico, nem todos eram negros. Tinham muitos jovens de cor clara no meio. Isso prova que nem toda pessoa de cor escura vive à margem da sociedade, ou na marginalidade.

Mas eu disse que fiquei triste com o quê? V.Exa. estava lá falando comigo no plenário para correr para cá, mas não me disse que era candidato a Presidente, porque, se tivesse dito, eu tinha vindo muito antes, porque sei da competência de V.Exa. no trabalho que sempre prestou a esta Casa.



Tivemos a honra de trabalhar juntos, e pude observar que houve momentos em que foi preciso que sacrificássemos nossas famílias, muitas vezes alguns outros compromissos, para atender à necessidade daquela Comissão. Mas pudemos produzir um relatório que chegou a quase 2 mil páginas e que pôde gerar a lei antidrogas, que aqui foi votada, embora tenham alguns acertos para serem feitos. Mas tinha que ser feita alguma coisa, porque nada tinha. E nós ficamos felizes por participar. Entendemos que tivemos algumas divergências.

Apesar também de participar da Comissão de Segurança Pública, estou aqui e quero dizer ao companheiro, Deputado Edson, que disse que, se desse negativo, era o dele. Não, companheiro, nós sabemos de sua competência. Lamentavelmente, eu não aceito que o senhor coloque sobre si, como se fosse assim: “esse *algo negativo*”. Não é isso, não. Eu acho que nós aqui temos um respeito muito grande pela sua pessoa, e eu passei a admirá-lo, já na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pelos seus posicionamentos. Podemos até divergir em algumas situações, mas a divergência é para construir o melhor. E entendo que a sua presença nesta CPI vai ser importantíssima também, para somar, assim como a dos demais companheiros. O Deputado Beбето, que é um companheiro de partido, sabe que às vezes também nós divergimos em alguns posicionamentos. Mas estamos aí para somar, para o melhor para o Brasil.

Precisamos pensar em prol desses jovens, em prol dos pobres. Na verdade, há políticas, mas muita coisa tem que ser feita ainda. Estamos juntos para somar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico.

De fato, ainda conseguimos criar e lançar o Programa Crack, é Possível Vencer, de 4 bilhões. Criamos a rede, incorporamos a comunidade terapêutica, dialogamos com os CAPS – Centros de Atenção Psicossocial. Acho que foi um trabalho para uma convergência e um consenso em favor do enfrentamento às drogas. E a atuação de V.Exa. foi fundamental nesse sentido. Obrigado pela participação aqui e também pela atuação na Comissão sobre drogas.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Parabéns, pelo ato da Mesa, pela eleição justa! Parabéns pela escolha do Relator, também muito bom, excelente, porque é uma pessoa voltada para esse trabalho, voltada para a visão.

Como especialista em segurança pública e criminalidade pela UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais, eu tive a oportunidade de fazer um trabalho do crime de homicídios, envolvendo o tráfico e o uso de drogas no atual contexto belo-horizontino. Então, a tese desse trabalho foi defendida em 2003, e vendo-a contemporaneamente, nos tempos de hoje, vejo que está mais atual do que nunca. Por quê? Naquela época, eu já defendia que a droga era responsável por 80% dos homicídios. Hoje, eu creio que o patamar deve ser o mesmo, com uma variação ou outra. O maior número de vítimas é de jovens, porque o jovem se envolve cedo na droga.

Até me questionaram na época por que eu falei assim: “*a onda jovem*”. “Mas por que está inventando esse negócio de onda jovem?” A onda jovem — eu afirmei no trabalho — não era nada mais, nada menos que o jovem — na época, eu pus de 15 a 25 anos, mas hoje eu vou descer um pouco mais, vou descer realmente a do adolescente — de 12 a 25 anos, que se torna criminoso, autor de crime, vive naqueles locais aonde o Estado não consegue chegar e pôr sua mão, onde falta saneamento básico, falta infraestrutura, falta polícia, falta o Estado em si. Às vezes, a única coisa que tem lá é educação. Às vezes, quando chega uma escola, os próprios habitantes vão lá e a destroem para vender, para usar a droga e tudo o mais. Esses autores matam hoje; amanhã eles são vítimas do próprio crime.

Então, esse fenômeno social todo que eu disse que era a onda jovem, o pessoal questionou na época, achava que realmente é, porque eu sou meio polêmico mesmo, né, Deputado Pastor Eurico? Eu sou meio polêmico, não sou? Então, é a onda jovem.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Não, não é.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O jovem que hoje é autor de crime, amanhã, é vítima.

E era fácil resolver os casos de homicídio nesses locais. Por quê? Era só esperar o autor ser abatido — sei lá, em 15 dias, ou em 5, ou 2, ou 1 mês — e o



crime estava resolvido, pelo art. 107, I, do Código Penal, que é a extinção do crime pela morte do agente. Quer dizer, isso a gente vê no dia a dia. E foram 15 anos no Departamento de Investigações de Homicídios — 15 anos! — mais 5 no de antissequestro, extorsão mediante sequestro. Também tinha muito sequestro com morte, latrocínio, etc., etc. A gente tem que diferenciar tecnicamente — a verdade é essa —: o crime de homicídio é um, está no art. 121 e parágrafos; o de latrocínio, no art. 157, §3º, segunda parte; e o de extorsão mediante sequestro com resultado de morte no art. 159, §3º; e outros tipos de morte.

Lesão corporal seguida de morte não é homicídio. Há uma discussão no plenário agora, recentemente, sobre lesão corporal (§2º, da lesão corporal). A lesão corporal seguida de morte é um crime preterdoloso, a doutrina é clara nisso. O que é crime preterdoloso? Só para o pessoal entender, é quando a pessoa age com dolo no antecedente — ele quer agredir, ele quer empurrar — e culpa no consequente. Por exemplo, ele empurra, a pessoa bate a cabeça no meio fio e vem a falecer, ou então ela cai na via pública e um carro passa por cima. Quer dizer, ele queria só agredir, não queria matar. Aí vem o dolo, que tanto o pessoal questiona no acidente de trânsito, o dolo eventual, etc., porque há o dolo direto. Então, é doutrinária essa parte.

Eu vivi essa época toda. Então, eu gostaria, a princípio — não sei se ainda posso fazer requerimento, mas acho que não —, de ter uma radiografia do Brasil, porque Minas Gerais e São Paulo a gente conhece, porque eu atuo nos dois Estados e tenho contato com os dois Estados. O PRONASCI, a meu ver, pelo que eu conheço... Só se mudou recentemente. Não tenho os dados exatos, porque os Estados não abastecem o PRONASCI com os dados exatos. Então, eu acho que a estatística deve ser feita em âmbito estadual, inclusive posso até apontar: em São Paulo, eu garanto que é o CAP e, em Minas Gerais, é a criminologia, inclusive, com 1 ano de atraso. E digo: após essa radiografia é que nós vamos saber, na realidade, vamos diferenciar uma coisa da outra tecnicamente.

Eu gostaria, sob a Presidência de V.Exa., de fazer um grande trabalho. Eu gostaria que esta Comissão fizesse um grande trabalho, porque eu vi a abnegação e o denodo de V.Exa. com a busca de criar esta CPI, realmente com o afã de buscar sugestões.



Com relação à parte processual, infelizmente nós é que temos que agir. Nós aqui temos que fazer uma lei processual penal adequada e, às vezes, infelizmente, até uma nova Constituinte, porque está no art. 5º que o crime doloso contra a vida é julgado pelo júri. Então, quer dizer, é cláusula pétrea. Se está elencado no art. 5º e seus incisos, eu não discuto, porque ali é cláusula pétrea. O restante que está fora eu discuto. Agora, o que está no art. 5º eu não vou discutir.

Então, gostaria de saber da radiografia, para começar a fazer o planejamento, os julgamentos e os requerimentos, para a gente começar a pôr em campo e buscar realmente os homicídios contra os negros e assemelhados. O pessoal me chama de “negão”. Eu sou negão! Aliás, o meu apelido na família é Negão. O meu pai é de origem negra — cabelo e tudo o mais — e a minha mãe é branca. Então, sou negão e me considero como tal. E tem muitos homicídios com os mais pobres, que estão na periferia, que é onde acontece o maior número de homicídios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Quero agradecê-lo.

Nós vamos convocar a nossa próxima reunião. Estamos meio prejudicados. O ideal é que nós possamos trabalhar nas quintas-feiras pela manhã, mas, na semana que vem, quinta-feira, véspera de Semana Santa, quinta-feira santa, então vamos tentar fazer um esforço coletivo para fazermos uma reunião na terça-feira, à tarde, às 14 horas. É bem perigoso que haja Ordem do Dia. Mas... Ou então...

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu acho que é difícil. Tem que pensar. Só depois da outra semana, porque, para esta semana agora, o Presidente já convocou e vai ter votação na segunda-feira à tarde. E já foi avisado que, na terça-feira, vai ser geral. Não há como. Vamos ter dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ou, então, vamos marcar para segunda-feira à tarde, porque qual é a ideia aqui?

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - É, certo. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É um roteiro simples. A gente apresenta um roteiro. O Deputado Edson Moreira levanta aqui a questão da radiografia. Nós temos o mapa da violência feito por Julio Jacobo. A gente poderia já solicitar e aprovar vários requerimentos, então, nós teríamos... Eu sei que está em



cima, segunda-feira à tarde, porque pelo menos a gente colocaria umas diretrizes básicas. A gente deveria fazer um esforço de ter uma reunião ou segunda-feira, à tarde, ou terça-feira. Segunda, né? Segunda, lá pelas 15 horas? Melhor?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Acho que, em 15 minutos, a gente faz a reunião tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos combinar aqui. Quem tiver requerimento para apresentar já pode apresentar, nós pautamos na segunda-feira e vamos trabalhar para iniciar os trabalhos na outra semana, com algumas audiências.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu estou atolado, mas estou disposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bom. Então, é isso. Vamos convocar reunião ordinária para segunda-feira, às 15 horas.

Passo a palavra ao próximo orador. Nós temos vários inscritos, o próximo é o Deputado Davidson Magalhães, depois a Deputada Conceição Sampaio. Obrigado. Não limitei o tempo, não quero limitá-lo agora, mas vamos aí, de acordo com a intervenção de cada companheiro.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, quero primeiro parabenizá-lo, Deputado Reginaldo Lopes, por assumir esta Presidência, assim como a Deputada Mariana Carvalho, a Deputada Rosângela Gomes, espero que tenham convicção, e o Deputado Orlando Silva também, pela direção da Casa. É uma das CPIs mais importantes e um dos temas mais importantes e relevantes que nós vamos tratar nesta Casa este ano. Portanto, parabenizo-os pela eleição, na convicção de que nós vamos ter um bom andamento nos trabalhos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É mais importante que a CPI da PETROBRAS, tenho certeza absoluta disso. É a vida.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Exatamente. Apresentei, inclusive para ajudar, Sr. Presidente, dois requerimentos que já deixei na mesa. O primeiro com fundamento para convidar a Sra. Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para apresentar os elementos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Letal de Crianças e Adolescentes. Também apresentei outro requerimento, para que se faça aqui uma exposição sobre o mapa



da violência, porque eu acho que esse é um ponto de referência inicial para colocarmos o debate. Então, apresentei dois requerimentos, no sentido já de ajudar a formatação de um roteiro mínimo, para que comecemos esse debate. Já estão sobre a mesa esses requerimentos. Esperamos que, na segunda-feira, debatamos esses requerimentos.

Parabenizo a todos os colegas pela participação na CPI. Esperamos que nós tenhamos um trabalho... É claro que uma CPI com esse tema tem que ter a diversidade de opiniões e de ideias que o tema exige, mas tenho certeza de que vamos trabalhar todos juntos, para que consigamos um consenso e uma visão mais ampla e profunda sobre essa situação da violência contra os jovens e adolescentes, contra as crianças e adolescentes do nosso País.

Quero, portanto, parabenizar e indicar a V.Exa., aos membros da Mesa e aos colegas, que vou ter que me retirar. Vou viajar para a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer o Deputado Davidson Magalhães, por ter presidido o processo de escolha da Mesa da CPI. Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira. Quero agradecer também a Deputada Benedita da Silva, que instalou a CPI, que a presidiu, a Deputada com mais tempo de juventude, a mais jovem há mais tempo e também com o maior número de mandatos entre nós. Então, Deputada Benedita da Silva, quero aproveitar para agradecê-la também. Ela já tinha um compromisso, um voo, marcado para as 15 horas, mas fez questão de voltar à CPI, de que é membro titular e a reabriu, garantindo o processo de escolha da Mesa Diretora da nossa CPI. Então, quero agradecer a S.Exa.

Passo a palavra à Deputada Conceição Sampaio.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Deputado Reginaldo Lopes, primeiro, eu quero muito agradecer a Deus por esta oportunidade. Vejo a importância que tem o trabalho das Comissões. E, ao fazer um cumprimento a V.Exa., faço-o também às minhas queridas colegas Parlamentares, a Deputada Rosângela Gomes e a Deputada Mariana Carvalho, ao Deputado Orlando Silva e a todos os colegas que se comprometem em construir certamente um País mais justo.

Nós muito ouvimos falar, quando a sociedade percebe que mais uma CPI foi instalada, do descrédito da população. Mas entendo que a CPI, enquanto



instrumento de uma Casa de Leis, é certamente o espaço em que nós teremos a oportunidade não só de punir, como muitos dizem, mas também de apontar caminhos a serem seguidos. Uma demonstração muito evidente disso foi a CPMI que tratou da violência contra a mulher, uma CPI Mista por sinal entre a Câmara e do Senado da República. E hoje nós estamos tendo a possibilidade de aprovar projetos de lei produzidos através desse trabalho, quando a Comissão teve a chance de analisar o que acontecia no Estado brasileiro diante de uma violência que mata mulheres dentro de suas próprias casas. É assim que eu vejo a CPI e que reputo a importância desse trabalho que faremos.

Eu não tenho dúvida de que, no mesmo momento em que esta Casa, por meio da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, trata da redução da maioria penal, há ainda um questionamento diante da sociedade brasileira. E eu vejo a importância do nosso trabalho, porque, em muitos momentos, nós chegamos a pensar que nós vamos acabar com a violência só punindo ou prendendo. É lógico que, quando um pai de família é morto pela violência, nós sabemos o que é para a sua família ter condições de pensar um País justo. Mas nós não podemos jogar as coisas para debaixo do tapete, nós temos que ter a coragem de fazer o enfrentamento. Nós vamos fazer o enfrentamento de algo que mancha esta sociedade, porque nós estamos falando de uma violência que não só tira da mãe a chance de lembrar que o filho é um cidadão e tem que ter a sua dignidade humana respeitada, mas também aquela com que este Brasil tem uma dívida: a população negra de um modo geral. E eu falo não só pensando no Estado do Amazonas.

A Deputada Rosângela contava um pouco da sua história. E que bom, Deputada Mariana, que nós vamos ter pessoas que não só leem no jornal ou ouvem em um meio de comunicação, mas que também trazem como marca da sua história o que é ainda viver num País, apesar de todas as políticas públicas já realizadas ou que venham a ser realizadas, com a exclusão social. E eu vejo a violência contra jovens negros e pobres não só como a violência que deixa marcas na pele, não, porque existem outros tipos de violência, como o caso das mulheres, mas também como a violência do constrangimento, a violência do preconceito, a violência que discrimina o fato de o menino não ter aquele tênis que nós vemos na televisão e que todos querem ter.



Então, é importante que nós também aproveitemos este espaço de discussão, para que possamos construir, através dos encaminhamentos futuros, de um projeto de lei futuro, um País mais fraterno, onde nós não sejamos julgados ou subjugados pela nossa cor de pele. Nós somos brasileiros e brasileiras e queremos ser tratados dessa forma. Nós precisamos buscar a dignidade humana, de que nós falamos tanto e que o texto constitucional tanto aponta. Mas no nosso dia a dia nós temos, sim, uma discriminação velada, nós temos, sim, o preconceito enraizado muito mais do que os princípios que nós trazemos de casa.

Então, eu me sinto honrada por ter sido indicada pelo meu partido, o PP, e estou aqui para somar. Eu acho que nós temos um mapa da violência feito, mas que bom que esta Comissão fará o seu mapa da violência, indo aos locais, aos Estados brasileiros, para reconhecer o que hoje nós ainda vivenciamos.

Então, Deputado Reginaldo, é uma honra estar aqui. Conte com o nosso trabalho. Eu não tenho dúvida de que como homens e mulheres engajados teremos a chance de construir um País melhor, um País mais justo e um País mais fraterno.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Conceição Sampaio.

Às vezes, as pessoas acham que a legislação que só pune, não orienta e não educa resolve o problema e não reconhecem o papel do Estado e a sua dívida.

Eu acho que há um esforço enorme da sociedade para reconhecer os crimes da época da ditadura, do regime militar. Mas também há muitos crimes cometidos pelo Estado, pela ausência da política pública, que nós não reconhecemos, que não têm visibilidade. Talvez também seja uma tarefa desta Comissão ter um estudo do processo da era democrática e de quais foram as violações de direito. Acho que talvez essa seja uma tarefa enorme da sociedade.

Então, eu quero agradecer a sua intervenção, a sua participação. Vamos ter muito trabalho pela frente.

Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante e, depois, o Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Ilustre Deputado Reginaldo Lopes, quero parabenizar V.Exa. pela eleição e por presidir esta importante



Comissão. Quero parabenizar também, mesmo ausente, o Primeiro-Vice-Presidente, o Deputado Orlando, ex-Ministro de Estado, a Deputada Mariana Carvalho e a minha querida conterrânea Deputada Rosângela Gomes, do meu querido Estado do Rio de Janeiro. É bom entender que uma Mesa com essa composição mostra o espírito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e na Casa nós temos outras. E, quando eu paro para analisar, vejo que o mapa da violência é estimulado inclusive por órgãos de comunicação do nosso País. A violência vende. A violência aparece.

Nós temos outras CPIs, inclusive uma que está apurando uma das maiores violências já cometidas contra os brasileiros deste País, que é a violência da corrupção na PETROBRAS. Se passarmos por lá, lá estará lotado de agentes dos meios de comunicação e de Parlamentares. Ali, nós estamos enxugando o gelo de algo que já aconteceu. Aqui, não. Esta é uma Comissão que vai trabalhar preventivamente, para que, na defesa de negros e pobres, nós possamos evitar episódios que estampam as capas de jornais de todo o nosso País.

Quero parabenizar V.Exa. e dizer que é muito importante nós vermos uma Mesa, em que há um Presidente do partido da Situação, que é o Partido dos Trabalhadores, e, ao lado, alguém do PSDB. Isso enobrece esta Comissão. Isso mostra a relevância que esse assunto tem para o País. Aqui, nós somos uma Comissão suprapartidária, não uma Comissão em que vamos trabalhar como num verdadeiro ringue de apuração. Ao contrário. Aqui existem homens e mulheres com seus mandatos a serviço dos jovens negros e dos pobres que tanto sofrem neste País. Eu tenho a convicção de que esta Presidência e esta Mesa, junto com cada Parlamentar, trarão uma grande contribuição ao País. Nós vamos trabalhar para isso.

Na sua primeira fala de agradecimento pós-eleição, só ficou uma dúvida, que nós vamos dirimir ao longo do ano, que é a seguinte: eu tenho uma forte resistência para acreditar nos números que o atual Governo dá. Já é provado que os números não condizem com a realidade, e, por conta disso, o sentimento comum da sociedade brasileira é o de que a violência aumenta a cada ano. Sei que V.Exa. é um conhecedor da matéria com profundidade e, por isso, deve ter falado sobre a redução de números. Mas eu não tenho essa mesma sensação, a de que a redução da violência aconteceu no Brasil nas outras matizes de cores com a cor branca. O



nosso trabalho vai provar esses números, e o que nós faremos de levantamento vai poder dizer se isso é uma realidade. E, se for, ainda mais tristemente nós vamos ter que encarar a causa do negro e do pobre com muita responsabilidade.

Estou aqui para parabenizar todos e colocar-me à disposição dessa luta, que é suprapartidária, que independe de cor e de ideologia. E quero dizer que, se os índices de violência contra negros e pobres têm aumentado, nós precisamos inclusive trabalhar a família, que tem estado ausente neste lugar. E bem falou o Deputado Delegado Edson Moreira, que é membro e teve que se retirar, sobre a importância de alguns entes do Estado, mas que a Igreja é um ente muito importante nessas comunidades pobres e negras, por ser interlocução e fonte em que possamos trabalhar a diminuição dessa violência.

Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante. (*Palmas.*)

Eu quero agradecer a intervenção e dizer que nós vamos buscar uma metodologia de trabalho — eu conversei muito com a Deputada Rosângela Gomes — que consiga envolver a todos.

Eu acho que nós poderíamos aprovar um requerimento de audiências em todos os Estados, para fazer um levantamento bem focado, Estado por Estado, fazer esse mapa e nomear os coordenadores e relatores, porque aí nós envolvemos espaços para militar a favor do tema.

Quero também dizer que nós temos que dar visibilidade a esse tema, tentar ganhar a opinião pública, porque, quando há uma chacina, um massacre, ganha-se momentaneamente visibilidade — lamentavelmente é assim que parte da grande imprensa se comporta.

O indicador do mapa é que, no Brasil, a cada 19 horas, mata-se um “Carandiru”. No Carandiru houve 111 mortes, mas se matam 149, dispersos em todos os Municípios brasileiros, concentrados evidentemente em algumas regiões.

Portanto, nós temos que ter um conjunto de ações bem preventivas, como cada companheiro e companheira colocou muito bem aqui.

Passo a palavra ao Deputado Bacelar.



O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo, Deputado Orlando, Deputada Mariana, Deputada Rosângela, registro o meu apoio e a minha confiança à condução dos trabalhos que V.Exas., com certeza, farão muito bem.

Deputado Sóstenes e Deputada Conceição, quando eu cheguei a este plenário, o Presidente acabava de levar a público aquele levantamento da ONU, que mostra que, em 5 anos, houve mais homicídios neste País do que em 12 regiões conflagradas do mundo. Isto é resultado da sociedade brasileira, uma sociedade altamente violenta.

Mas, Sr. Presidente, os índices caem. Mesmo com esses índices altos de violência, a violência no Brasil tem sido reduzida.

O que mantém essa violência alta, Sr. Presidente? É o genocídio de uma população, é o genocídio da população negra. Oitenta por cento dos homicídios de jovens são de jovens negros, Sr. Presidente.

Eu não quero, de jeito nenhum, que haja homicídios de jovens brancos, eu não quero homicídio nenhum, mas os índices de homicídios de jovens brancos neste País são dignos de países nórdicos, muito abaixo de 10 por grupos de 100 mil.

Nós chegamos a ter, em regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo, a média de 3 homicídios de jovens brancos, por grupos de 100 mil, e a violência no seio da juventude negra, esse extermínio de uma etnia, a sociedade brasileira vê calada e não se posiciona.

Acho que estou realizado como Deputado, ao fazer parte desta Comissão, porque isso tem me incomodado, tem me feito sentir vergonha dessa sociedade.

Há pouco tempo, na minha cidade, uma cidade predominantemente de negros, foram exterminados, num bairro popular, 12 jovens negros. Doze jovens negros! Um policial não recebeu um tiro. Que operação policial é essa? E a polícia mata, em média, 6 jovens negros por dia. Nos últimos 5 anos, houve 11.197 homicídios perpetrados pela polícia brasileira, enquanto, em 30 anos, a polícia americana matou 11.090 americanos.

Então, nós precisamos de uma CPI como esta, Deputado Sóstenes. São várias as causas: causas do Estado, causas no seio da família. Reconheço o papel das igrejas no combate a essa violência, e quero aqui registrar, inclusive, as igrejas



de matriz africana, que, na minha terra, seguram a juventude negra durante todo esse tempo. (*Palmas.*) Hoje temos a participação forte das igrejas neopentecostais, mas, até a década de 70 e 80, na Bahia, quem segurava essa juventude eram os terreiros.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que tenho certeza de que este aqui é hoje o ambiente de maior importância, Deputado Sóstenes Cavalcante, para o nosso País, porque nós estamos aqui cuidando das causas e sabendo quais são os caminhos para evitar o genocídio da juventude brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer a intervenção do Deputado Bacelar, que fechou com chave de ouro — vamos dizer assim.

O Brasil não pode — nós enquanto representantes indiretos da população brasileira — negar-se a fazer esse reconhecimento. Há, sim, um genocídio em relação aos nossos jovens negros e pobres no Brasil. Estava falando de diagnóstico e, às vezes, a segurança pública tem bons diagnósticos, sabe quais são os bairros, as ruas, as pessoas, a cor, o sexo e a idade, mas o Estado está imobilizado, não responde — talvez porque se trate de negros e pobres. Uma vez eu pedi assinaturas para uma CPI sobre a questão hídrica no Brasil que virou um problema nacional, e só virou problema nacional no dia em que atingiu as regiões mais ricas, Sul e Sudeste, antes não era um problema nacional.

Então, ficou evidente que não instalar esta CPI era ter uma postura de omissão, e o homem público não pode ser omissor, mas, acima de tudo, também de um racismo dissimulado.

Portanto, eu acho que está correto. O Presidente Eduardo Cunha foi sensível. O fato determinado é esse genocídio. Às vezes, as pessoas falam assim: “*Vamos estudar um caso específico*”. Não, são todos os casos, porque ele tem idade, tem sexo, tem cor e tem *status* social. Por isso que é o nosso grande desafio.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - E são diários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - E são diários, a cada hora, a cada minuto. Então, nós precisamos enfrentar isso.

Eu quero aqui dizer que, coletivamente, o sentimento apurado nas intervenções de cada Deputado e Deputada é muito positivo, vai seguir a mesma



direção e, portanto, vai ser um trabalho suprapartidário do Estado brasileiro, vai além de um Governo. Por isso que eu coloquei aqui a tarefa — o Governo da Presidenta Dilma está estudando isso, o Deputado Davidson Magalhães trouxe aqui esta informação — de construir um pacto de enfrentamento ao homicídio, mas cabe ao Estado brasileiro adotar uma política, e aprovada pelo Estado brasileiro, de regime de cooperação com os três entes da Federação. Este é o desafio, Relatora Rosângela Gomes: a gente entregar para sociedade brasileira no final desse trabalho.

Então, quero aqui encerrar a nossa reunião de hoje, a audiência de hoje e agradecer a presença de todos e, mais uma vez, o voto de confiança. Quero dizer que todos os Deputados e Deputadas poderão apresentar nomes e temas para as nossas audiências públicas na Secretaria da nossa CPI.

Convoco a nossa próxima reunião para o dia 30 de março, segunda-feira, às 14h30min, em plenário a confirmar. A nossa pauta vai tratar da definição do roteiro de trabalho e da apreciação de requerimentos. Esta será a nossa primeira pauta na segunda-feira.

Muito obrigado e um bom fim de semana.

Está encerrada esta reunião. (*Palmas.*)